

BRAZ TEIXEIRA, António, NATÁRIO, Celeste, TEIXEIRA DA CUNHA, Jorge, SEABRA PEREIRA, José Carlos, CÂNDIDO PIMENTEL, Manuel, GAMA, Manuel e EPIFÂNIO, Renato (coords.): *A “Renascença Portuguesa”*. *Pensamento, Memória e Criação*, Universidade do Porto, Porto, 2017, 792p.

O livro que a Universidade do Porto acaba de editar — *A “Renascença Portuguesa”*. *Pensamento, Memória e Criação*— é um livro coletivo, que teve a “coordenação científica” de António Braz Teixeira, Celeste Natário, Jorge Teixeira da Cunha, José Carlos Seabra Pereira, Manuel Cândido Pimentel, Manuel Gama e Renato Epifânio, e que em 792 páginas, lamentavelmente sem as de um índice de nomes, contém 49 textos de 48 autores, dado que Guilherme d’Oliveira Martins aparece como autor do prefácio e de um apêndice.

Com poucas exceções, e nalguns casos com pequenas diferenças titulares e certamente com algumas pequenas modificações verbais, esses textos foram comunicações apresentadas ao Congresso que em 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1912 —celebrando o centenário da Renascença Portuguesa— decorreu na Faculdade de Letras do Porto, na Universidade Católica Portuguesa-Centro Regional do Norte e na Casa das Artes de Amarante e que foi coordenado por Maria Celeste Natário, Renato Epifânio, António Braz Teixeira, Manuel Cândido Pimentel, Maria Luísa Malato e Samuel Dimas.

Notarei que em relação ao anunciado no programa desse Congresso faltam no livro as comunicações de António José Brito, sobre a polémica entre António Sérgio e Cabral de Moncada, de Jorge Rivera, sobre a meditação de José Marinho a respeito da “crise portuguesa”, de Luís Araújo,

Recibido: 13/04/2018. Aceptado: 14/04/2018.

sobre a reflexão ética na “Renascença Portuguesa”, de Maria Leonor Soares, sobre a relação de *A Águia* com as artes plásticas ou com a História da Arte, de Isabel Ponce de Leão, sobre Mário Beirão, de Manuel Cândido Pimentel, sobre o centenário de *O Criacionismo* de Leonardo Coimbra, de Maria de Lourdes Sirgado Ganho, sobre a poesia de Jaime Cortesão, de Fernando Guimarães, sobre Afonso Duarte, de Daniel Pires, sobre a atividade editorial da “Renascença Portuguesa”, e de Burghard Baltrusch sobre a relação da Galiza com Portugal no início do século XX. Sabemos das vicissitudes comuns da realização de grandes congressos, a que quase sempre faltam alguns anunciados congressistas, e da publicação de atas de congressos, e imaginamos as dificuldades na coordenação editorial de Isabel Pacheco, mas mesmo sem termos lido ou ouvido essas comunicações não podemos deixar de lamentar a sua ausência —ou dos temas e problemas de que elas se ocuparam, ou de que se ocupariam— numa obra que se quis extensa e englobante e que sem exagero poderemos dizer monumental, até porque, depois dos estudos meticulosos de Alfredo Ribeiro dos Santos e de Paulo Samuel, ela passa a ser obviamente a principal obra de referência para o conhecimento e avaliação do movimento da “Renascença Portuguesa” ou do contributo que deram os seus agentes para a cultura portuguesa da primeira metade do século XX, e não só.

Mas notarei também que no livro há textos que não constavam do programa do Congresso: os dois de Guilherme d’Oliveira Martins, sobre a “cidadania e cultura” da “Renascença Portuguesa” e sobre a sua “sementeira cultural”, de António Braz Teixeira, sobre os “100 anos d’O *Saudosismo*”, de Isabel Ponce de Leão, que terá substituído a comunicação sobre Mário Beirão por outra sobre alguns artistas plásticos e sobre a estética da “Renascença Portuguesa”, de Gilda Nunes Barata, sobre Mário Beirão, e de Paulo Ferreira da Cunha sobre Dalila Pereira da Costa.

Ninguém esperará que me ocupe aqui e agora da quase meia centena de textos, genéricos ou específicos, alguns dos quais bem densos e complexos, que compõem esta obra; textos escritos por qualificados ensaístas, que, salvo o meu antigo companheiro de estudos Pinharanda Gomes, tiveram formação universitária, e quase todos já bem experimentados no ensaísmo e na docência em universidades portuguesas; darei como exemplos, já que não é necessário referi-los a todos, os nomes de docentes das Universidades do Porto (Celeste Natário, Maria João Reynaud, Maria Luísa Malato, José Almeida, Paulo Ferreira da Cunha), de Lisboa (Paulo Borges, Samuel Dimas, Ernesto Castro Leal, José Carlos Pereira), de Coimbra (José Carlos Seabra Pereira), do Minho (Manuel Gama, José Carlos de Oliveira Casulo),

de Évora (Manuel Ferreira Patrício, António Cândido Franco), da Universidade Nova de Lisboa (José Esteves Pereira, Carlos Leone), da Universidade Católica – centros de Lisboa, Porto, Braga (Maria de Lourdes Sirgado Ganho, Manuel Cândido Pimentel, Afonso Rocha, Jorge Teixeira da Cunha, José Gama) e da Universidade Fernando Pessoa (Isabel Ponce de Leão). Mas há também que assinalar a presença de 4 ensaístas de universidades estrangeiras: Manuel Lázaro Pulido (Universidade Nacional de Ensino a Distância, Cáceres), Elias Torres Feijó e Luís Garcia Soto (Universidade de Santiago de Compostela) e Constança Marcondes César (Universidade Federal de Sergipe).

Aqui e agora, farei apenas algumas anotações gerais, que me parecem pertinentes para a avaliação de uma obra polifacetada, como se vê logo na distribuição dos textos por várias secções:

- a primeira secção é dedicada a “perspetivas gerais” (contexto histórico, significado cultural, os dois –ismos essenciais da “Renascença Portuguesa”, o saudosismo e o criacionismo, que talvez devesse incluir o texto, que está na segunda secção, de Pedro Miguel Martins sobre “as grandes correntes filosóficas” da “Renascença Portuguesa”, onde há referência a outros dois –ismos: o racionalismo e o vitalismo);
- a segunda secção é dedicada aos filósofos ou pensadores, vistos individualmente e em associação ou comparação a 2 e a 3: os patronos Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa, Raul Proença, António Sérgio, Álvaro Pinto, Teixeira Rego, Newton de Macedo, Aarão de Lacerda, Álvaro Ribeiro, José Marinho, Agostinho da Silva, Sant’Anna Dionísio, Adolfo Casais Monteiro, Ângelo Ribeiro, Delfim Santos;
- a terceira secção é dedicada à “cultura e intervenção política”;
- a quarta secção é dedicada ao “teatro e ficção”, onde comparecem estudos sobre António Patrício, Jaime Cortesão, Correia de Oliveira, Carlos Selvagem, Raul Brandão e Fernando Pessoa;
- a quinta secção, muito curta (3 textos), é dedicada à “música e artes plásticas”;
- a sexta secção é dedicada aos “poetas da Renascença” (Teixeira de Pascoaes, Afonso Lopes Vieira, Fernando Pessoa, Mário Beirão, Augusto Casimiro, Correia de Oliveira, notando-se sobremaneira a falta de Jaime Cortesão);
- a sétima secção, também muito curta (2 textos), é dedicada à educação, que no entanto comparece em várias passagens de textos de outras secções;

–a oitava secção, igualmente com 2 textos, é dedicada à relação da “Renascença Portuguesa” com a Galiza e com o Brasil;

–em apêndice, há uma espécie de “conclusão” geral assinada por Guilherme d’Oliveira Martins e uma evocação ou um elogio de Dalila Pereira Costa, assinado por Paulo Ferreira da Cunha.

Esta simples enumeração bastaria para provar que a obra de que falamos percorre vastos campos da ação, da produção e da repercussão da “Renascença Portuguesa”. Os textos focalizam distintos aspetos da teoria e da prática, da criação cultural e da intervenção cívica ou política dos agentes da “Renascença Portuguesa” (a identidade ou a alma portuguesa, o messianismo lusíada, o saudosismo, o criacionismo, o antipositivismo, a revitalização intelectual e espiritual, as missões pedagógicas, as universidades populares, as edições de livros, folhetos e revistas, as polémicas, as interpretações literárias e simbólicas...); e transportam, às vezes com inevitáveis repetições —já que nenhum ensaísta leu previamente os outros ensaístas—, análises de incidência filosófica, ideológica, histórica, biográfica, sociológica, antropológica, pedagógica, científica, estética, literária, dando em conjunto boa conta da importância, aliás inestimável, que a “Renascença Portuguesa” teve, tem e terá para a sociedade e para a cultura portuguesa ou para as comunidades lusófonas e lusógrafas.

A propósito, lembrarei que, em tempos de *A Águia*, a “Renascença Portuguesa” não concebeu nem se preocupou com nenhuma comunidade como a que hoje chamamos de países de língua portuguesa; mas não deixa de ser curioso assinalar que esta foi em 1956 “premonitoriamente enunciada” por um dos seus membros, Agostinho da Silva. É Renato Epifânio que o lembra ou relembra no texto que deixou neste livro, onde também defende que a tarefa da “Renascença Portuguesa” parece “nunca realmente concluível” ou concluída, e que agora deve continuar “a uma outra escala: à escala não já //no livro, com pouquíssimas gralhas, vem “há” – p. 277// da Lusitânia, mas de todo o espaço da Lusofonia”.

Diga-se no entanto que a “Renascença Portuguesa” se preocupou muito com o Brasil. Um dos textos do livro, assinado pela brasileira Constança Marcondes César, fala com rigor do “Diálogo da «Renascença Portuguesa» com o Brasil”, mas é muito lacunar. Conviria lembrar as palavras que em 1937 escreveu Álvaro Pinto (*S. Paulo, Cidade Vertiginosa*, p. 49): “A formação da “Renascença Portuguesa” em 1912 foi precedida de interessante correspondência com alguns escritores brasileiros, quer para a formação de um comité no Rio de Janeiro, quer para um ponderado intercâmbio que estabelecesse um conhecimento mais amplo das atividades dos dois países.

A *Águia* divulgou constantemente produções brasileiras e a Renascença editou algumas obras de escritores do grande continente sul-americano”.

No meu livro *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português* (de 1986) deixei alguns dados relevantes que Constança ignorou e aqui lembrarei: A *Águia* era vendida, desde 1912, em várias cidades do Brasil (em 1919 contavam-se 6 livrarias que a vendiam no Rio, onde havia intelectuais que eram seus colaboradores ou integravam os seus corpos gerentes e o (alargado) Comité de apoio referido por Álvaro Pinto; este emigrou em 1920 para o Brasil e aí editou a revista durante dois anos, tendo tido o importante o apoio de António Sérgio, com quem criou a editora Anuário do Brasil, que editou centenas de livros, alguns dos quais claramente ao serviço do ideário da “Renascença Portuguesa”.

Escreveu Guilherme d’Oliveira Martins no seu apêndice que Álvaro Pinto foi o “verdadeiro elemento aglutinador e promotor das forças comuns da «Renascença»” (p. 677), repetindo de algum modo o que António Sérgio escrevera no *Diário de Lisboa* de 29 de junho de 1935: “a ele, por consequência, é que cabe na «Renascença» toda a glória”(v. p. 202). E no início do seu estudo sobre “António Sérgio e Álvaro Pinto –os projetos comuns” escreve Romana Valente Pinho: “Álvaro Pinto merecia de todos nós mais atenção”. Sem dúvida. Este homem que nasceu em Barca de Alva em 1889, que se deslocou para o Porto aos 13 anos, que aí estudou e se iniciou no jornalismo, que foi fundador e diretor de várias publicações, que esteve com Cláudio Basto e Jaime Cortesão na criação da *Nova Silva* (1907 –5 números), que foi fundador, diretor e proprietário da primeira *A Águia* (Dezembro de 1910 –10 números), que foi secretário de redação, editor e administrador da segunda série de *A Águia* (1912), que se empenhou na organização da sociedade “Renascença Portuguesa” e no Brasil a associou à já referida editora, Anuário do Brasil, que em 1924 criou e dirigiu, com Tasso da Silveira, a revista *Terra de Sol*, a que se seguiria a revista *Crítica*, que, já retornado a Portugal, fundou em 1938 e dirigiu a revista de longa duração *Ocidente* (até 1973) e em 1942 a *Revista Portugal*, este homem que faleceu em 1956 (ou 57?), ignorado pelos dicionários biográficos, incluindo os literários, nem pelas cartas que lhe escreveu Pessoa ou pelo seu notável livro sobre *São Paulo, Cidade Vertiginosa* mereceu até hoje algum trabalho de fôlego.

Nos vários estudos já dedicados à “Renascença Portuguesa” como no livro agora publicado é notória outra ausência ou outro esquecimento —o de Fernando Correia Dias (só ligeiramente referido, e em citação, no capítulo “Alguns artistas plásticos e a imagem estética da «Renascença Portuguesa

sa»”). Ora Correia Dias, que em 1914 emigrou para o Brasil, onde faleceu em 1935, foi simplesmente o autor da capa e de ilustrações de *A Águia*, teve relações estreitas com renascentes como António Carneiro, Augusto Casimiro e Álvaro Pinto, com quem colaborou no Anuário do Brasil, fez várias capas e ilustrações de livros e revistas e vários retratos e caricaturas de escritores portugueses e brasileiros, foi um artista polifacetado que teve o prazer de revelar, exatamente em 2012, no meu livro *Correia Dias Esquecido e Inesquecível Artista de Portugal e do Brasil*.

Mas o livro agora publicado faz justiça aos trabalhos de quase todos os homens que militaram na “Renascença Portuguesa” —e só homens se inscreveram ao seu serviço, embora muitas e sábias mulheres se dediquem hoje ao seu estudo e talvez a prolonguem. Como bem se percebe por este extenso volume, esses homens tiveram o mérito de reagir individual e coletivamente contra a apagada e vil tristeza já censurada por Camões, contra os males da decadência de que falara Antero, contra o Portugal a entristecer denunciado por Pessoa.

Os integrantes da “Renascença Portuguesa” não conseguiram evitar as roturas que levaram à formação dos grupos do *Orpheu* e da *Seara Nova*, com um projeto social, humano, cultural ou artístico mais ousado ou inovador, mas decerto também influenciado por eles (Celeste Natário deu até a *Seara Nova* como uma “Nova Renascença”); e não impediram o aparecimento do integralismo lusitano nem a chegada de Salazar —talvez não tenha sido por acaso que *A Águia* deixou de se publicar em 1932. Mas, nacionalistas esclarecidos, homens bons, intelectuais de qualidade, no momento em que, proclamada a República, se cavavam fossos entre portugueses, se agudizavam crises sociais e no horizonte avançavam as negras nuvens da primeira Grande Guerra mundial, eles souberam lutar pelas causas da liberdade, da pluralidade e da democracia, souberam reconhecer as vantagens das possíveis alianças entre o idealismo, a utopia, a poesia e o racionalismo, souberam proclamar as urgências da educação e do ensino, souberam administrar o seu otimismo de vontade e o seu inconformismo espiritual. Eles sonhavam, afinal, com um homem português livre e íntegro, e com uma verdadeira pátria moderna. Álvaro Pinto pôde escrever em 1938 (*Ocidente*, n.º1) que a “Renascença Portuguesa” nascera do “desejo de constituir um modesto núcleo de idealistas que pusessem a sua inteligência e as suas energias ao serviço dum novo Portugal.”

Foi bom, é bom refletir, como o fizeram os ensaístas de *A “Renascença Portuguesa”*. *Pensamento, Memória e Criação*, sobre os exemplos e as lições dos homens da “Renascença Portuguesa”, que, como se vê, cem

anos depois ainda têm muitos seguidores. E dada até a origem, formação e vivência predominantemente portuense desses homens, foi bom, é bom que tenha sido a Universidade do Porto a editar este livro, e que tenha sido escolhida a sua Reitoria para a sua apresentação.

Arnaldo Saraiva